

SEXUALIZAÇÃO, SUBJETIVAÇÃO E CUIDADO: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS E DESAFIOS PARA A PRÁTICA PSICOLÓGICA COM MULHERES TRANSEXUAIS

SEXUALIZATION, SUBJECTIVATION, AND CARE: PSYCHOSOCIAL IMPACTS AND CHALLENGES FOR PSYCHOLOGICAL PRACTICE WITH TRANSGENDER WOMEN

Josefa Ana Paula Souza de Carvalho¹

Maria Luiza da Silva Carvalho²

Thiago Vinícius dos Santos Lima³

João Joabson Sobral Lins⁴

Rayanne Gabriela Alves Rosa Silva de Arruda⁵

Resumo: O presente estudo analisa os impactos psicossociais da sexualização na vida de mulheres transexuais, compreendendo-os como produtos históricos da colonialidade e da cisheteronormatividade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e explicativo, baseada em revisão bibliográfica e análise de conteúdo. Os resultados indicam que o binarismo de gênero e as normas cisnormativas institucionais promovem dinâmicas violentas de marginalização, patologização e exclusão social profunda, o que dificulta significativamente o acesso dessas pessoas a direitos fundamentais. Nesse contexto, a objetificação crônica e a hipersexualização midiática e social configuram-se como formas severas de violência que afetam a subjetividade e a saúde mental, contribuindo diretamente para

processos de auto-objetificação e sofrimento psíquico. Portanto, conclui-se que tais impactos não são inerentes à identidade de gênero trans, mas decorrentes de estruturas sociais excludentes, destacando-se a necessidade de uma atuação psicológica ética, crítica e interseccional, voltada à promoção de direitos e à desconstrução de estigmas sociais.

Palavras-chave: Transexualidade; Colonialidade; Interseccionalidade; Psicologia; Sexualização.

Abstract: The present study analyzes the psychosocial impacts of sexualization on the lives of transgender women, understanding them as historical products of coloniality and cisheteronormativity. This is a qualitative, descriptive, and explanatory research, based on

¹ Centro Universitário do Vale do Ipojuca - Unifavip | Wyden. E-mail: napaulacr@gmail.com

² Centro Universitário do Vale do Ipojuca - Unifavip | Wyden. E-mail: marialuizadasilvacarvalho35@gmail.com

³ Centro Universitário do Vale do Ipojuca - Unifavip | Wyden. E-mail: Limathiago2303@gmail.com

⁴ Centro Universitário do Vale do Ipojuca - Unifavip | Wyden. E-mail: joabsk123@gmail.com

⁵ Centro Universitário do Vale do Ipojuca - Unifavip | Wyden. E-mail: rayanneaarruda@gmail.com



a literature review and content analysis. The results indicate that gender binarism and institutional cisnormative norms promote violent dynamics of marginalization, pathologization, and profound social exclusion, which significantly hinders these individuals' access to fundamental rights. In this context, chronic objectification, as well as media and social hypersexualization, constitute severe forms of violence that affect subjectivity and mental health, directly contributing to processes

of self-objectification and psychological distress. Therefore, it is concluded that such impacts are not inherent to trans gender identity, but rather stem from exclusionary social structures, highlighting the need for an ethical, critical, and intersectional psychological practice aimed at promoting rights and deconstructing social stigmas.

Keywords: Transsexuality; Coloniality; Intersectionality; Psychology; Sexualization.

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade hodierna brasileira, a construção de gênero, ancorada em uma herança colonial eurocentrada que opera como sistema de dominação política, se configura como um processo histórico, social e cultural delimitado pelas relações de poder (Louro, 1997). Dessa forma, corpos abjetos e dissidentes, como o de mulheres transexuais, constantemente ocupam o lugar de vulnerabilização, patologização e exclusão.

Apesar da frequente naturalização, o binarismo de gênero opera como uma ficção política que produz sofrimento ao deslegitimar, patologizar e transferir existências trans, que se abdicam da cisnormatividade, para o campo da rotulação médica (Fagundes, 2020). Tal estigma se apresenta na vida de mulheres transexuais através de barreiras sistemáticas ao mercado de trabalho formal, o que somado à ausência de redes de apoio, às empurra a uma sobrevivência por meio da exploração sexual.

Nessa situação de vulnerabilidade, a objetificação sexual atua como uma ferramenta de desumanização. Segundo Fagundes (2020), a hipersexualização e o fetiche confinam essas mulheres ao campo da 'abjeção', onde são desejadas na clandestinidade, mas negadas enquanto sujeitos de afeto e cidadania. Portanto, para a prática psicológica, o desafio está voltado em realizar um atendimento que não ignore esses marcadores sociais, compreendendo que o sofrimento psíquico não é característico à transgeneridade e sim de um produto da violência de uma sociedade que reduz sua integridade mental.

Ante ao cenário exposto, a Psicologia, alinhada à interseccionalidade (Gonzaga, 2020), se dispõe enquanto via possível para um cuidado integrador, ético e anti-discriminatório, como prevê o código de ética da profissão, que estabelece como dever fundamental do psicólogo o respeito à dignidade e à integridade do ser humano, visando a promoção da saúde e da qualidade de vida, contribuindo para a "eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos psicossociais da sexualização de mulheres transexuais, discutindo como a objetificação e os estigmas incidem sobre seus processos de subjetivação e saúde mental.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão sobre as violências que atravessam as experiências das mulheres trans exige compreender como os mecanismos históricos de opressão moldaram as normas de gênero no contexto da colonialidade. Nesse horizonte, ao compreender os diversos marcadores sociais que atravessam as vivências das mulheres trans, é necessário o reconhecimento acerca da relação entre as hierarquias de poder e gênero enquanto consequências da colonialidade. Distinto ao que foi disseminado, a apropriação de território não se reduziu apenas a dominação de terras e submissão política como também na invasão e delimitação das identidades de gênero e suas formas plurais de existir (Núñez, 2022). Essa lógica de dominação operou uma ruptura com as formas de subjetivação que não se enquadram em moldes binários, estabelecendo um sistema de monoculturas de modos de ser (Núñez, 2022) e convertendo identidades trans em alvos de estigma e patologização. Sob essa ótica, Fanon (1968 *apud* Núñez, 2022) aponta que o binarismo colonial inventa uma realidade hierárquica que afeta a saúde mental da sociedade, promovendo uma simplificação excludente geradora de adoecimento em corpos dissidentes.

Diante desse cenário, a imposição cisheteronormativa estabeleceu o que se considera um perfil desviante, consolidando o processo de patologização que marginaliza mulheres transexuais e impõe desafios éticos ao acolhimento na prática psicológica. Ao serem reduzidas à lógica do transtorno, essas pessoas enfrentam obstáculos sistemáticos no acesso a direitos fundamentais, como a segurança e o mercado de trabalho formal, o que as empurra para a



prostituição como estratégia de subsistência, onde a vulnerabilidade socioeconômica se encontra com a objetificação sexual (Macêdo; Pinheiro, 2023). Portanto, “não se pode reduzir o ‘ser mulher’ apenas ao aspecto anatômico e falocêntrico da lógica patriarcal que mobiliza a leitura misógina do cenário que atualmente enfrentamos” (Macêdo; Pinheiro, 2023, p. 972).

Nesse contexto, a própria exclusão que as empurra às margens também sustenta a lógica de desumanização que atravessa a objetificação sexual. Este processo parte da retirada da subjetividade do indivíduo, separando o seu corpo e suas respectivas finalidades sexuais do “eu” que os possui, de forma que esses sujeitos deixam de ser considerados pessoas e passam a ser vistos apenas como meio de prazer sexual (Bartky, 1990). Sob a perspectiva cisheteronormativa, os corpos de mulheres trans são tratados como algo que representa curiosidade, abjeção e objeto de desejo exótico, fazendo com que essas pessoas sejam desumanizadas, exploradas e enfrentem dificuldades em relações afetivas e sexuais (Braga, 2025; V. Viviane, 2014), tornando-as mais suscetíveis a violências físicas, psicológicas e sexuais. Tal exploração se liga a uma lógica de consumo capitalista que se aproveita de suas vulnerabilidades econômico-sociais, o que reforça a objetificação, mercantilização e o abuso de poder sobre os seus corpos.

Ademais, esse ambiente sócio-cultural preconceituoso e transfóbico resulta na auto-objetificação, processo de internalização da visão do outro sobre si mesmo (Macêdo; Pinheiro, 2023). A internalização desse olhar carregado de discriminação causa impactos significativos na saúde mental dessas mulheres transexuais e na sua relação com a própria imagem, gerando a sensação de constrangimento sobre seus corpos e acarretando em possíveis transtornos alimentares, ansiedade e depressão (Macêdo; Pinheiro, 2023). Suas vivências são atravessadas por uma série de acordos institucionais que reforçam o pensamento que suas existências teriam um menor valor, deslocando suas noções de dor e angústia.

Nesse sentido, a Psicologia assume o compromisso ético de acolher as vivências de sofrimento psíquico que emergem da marginalização das identidades de gênero e orientações sexuais. É imperativo reconhecer que tais demandas não são inerentes aos sujeitos, mas subprodutos de estruturas sociais que historicamente estigmatizam e patologizam as existências



não cisnormativas. Como bem afirma Núñez (2022, p. 50), “a colonização não acabou, ela continua, atualizada. E tão mais forte será quanto menos for reconhecida”.

Assim, a prática psicológica fundamenta-se na promoção de espaços de cuidado que combatam ativamente a transfobia, abstendo-se de qualquer omissão diante da discriminação. Conforme orienta o Conselho Federal de Psicologia (2023), o exercício profissional deve atuar na contramão de perspectivas patologizantes, garantindo que técnicas e instrumentos psicológicos sejam instrumentos de emancipação, e nunca de reiteração de preconceitos.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e explicativo, conduzida sob o delineamento de pesquisa bibliográfica. Esta modalidade é desenvolvida exclusivamente a partir de fontes secundárias, como livros e artigos científicos, visando sistematizar o conhecimento acumulado sobre o tema sem a necessidade de incursão em campo (Gil, 2008).

Segundo Minayo (2016), a abordagem qualitativa é ideal para investigações que se ocupam do universo dos significados, crenças e valores, permitindo compreender os fenômenos em sua profundidade subjetiva. Nesse sentido, essa abordagem orienta a compreensão dos sentidos, pressupostos e construções teóricas presentes na literatura. Diferente dos métodos quantitativos, esta perspectiva privilegia a análise indutiva e a descrição interpretativa dos dados (Prodanov; Freitas, 2013).

A natureza descritiva da investigação justifica-se pelo intuito de detalhar as características e os impactos da sexualização de mulheres transexuais na contemporaneidade (Gil, 2008). Complementarmente, assume um viés explicativo ao buscar a identificação das causas que contribuem para esses impactos, facilitando a formulação de hipóteses e intervenções que cooperam para a prática psicológica (Gil, 2008).

Para a delimitação do corpus analisado, realizou-se uma busca sistemática na literatura por meio de periódicos científicos e revistas acadêmicas universitárias, consultados através da plataforma Google Acadêmico, livros e cartilhas publicadas pelo Conselho Federal de



Psicologia. Foram utilizados os descritores combinados de palavras-chave como: "mulheres transexuais", "sexualização", "subjetividade", "estigma", "corpos abjetos". Como critérios de inclusão, adotaram-se artigos publicados no recorte temporal de 2019 a 2025. Foram excluídos resumos de congressos, artigos de opinião e textos duplicados, resultando em um corpus final de 12 artigos selecionados para a análise.

Para o tratamento do material coletado, adotou-se a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016). Esta técnica consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos divididos em três etapas fundamentais: 1) a pré-análise (seleção e leitura flutuante do corpus); 2) a exploração do material (codificação e categorização); e 3) o tratamento dos resultados, que envolve a inferência e a interpretação crítica à luz do referencial teórico adotado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na análise de conteúdo realizada a partir do levantamento bibliográfico, os resultados evidenciam que as experiências de mulheres transexuais estão profundamente atravessadas por dinâmicas históricas, sociais e subjetivas de exclusão. Nesse sentido, a discussão permitiu a construção de duas categorias analíticas centrais: Colonialidade, Sexualização e o Cuidado Psicológico de Mulheres Trans; e Os impactos da Objetificação na Saúde Mental e os desafios ético-políticos da Psicologia. Tais categorias possibilitam compreender como as violências simbólicas e materiais direcionadas às mulheres trans repercutem em seus modos de existir, produzir subjetividade e acessar direitos fundamentais.

4.1 Colonialidade, Sexualização e o Cuidado Psicológico de Mulheres Trans

Diante das análises teóricas e bibliográficas revelam que a subjetividade de mulheres transexuais é atravessada por uma organização social estruturada na violência e no preconceito. A discussão evidencia que o sistema de monoculturas (Núñez, 2022) justifica a patologização de identidades que não seguem as normas impostas pela sociedade, o que tem como resposta direta a negação do acesso ao mercado de trabalho e o exercício pleno da cidadania. Entretanto,



os resultados demonstram que o processo de segregação não está estabelecido apenas nas regras institucionais, estas operam em uma violação do psiquismo através da internalização do estigma. Assim, a sexualização e a abjeção (Fagundes, 2020), utilizada como instrumento de monitoramento e segredo, evidencia que o preconceito da sociedade seja admitido pela própria mulher como uma verdade sobre si.

Entretanto, os resultados apontam que esse processo de exclusão não se limita às estruturas institucionais, mas também atravessa a dimensão subjetiva. A violência social passa a operar na constituição psíquica por meio da internalização do estigma, fazendo com que discursos discriminatórios sejam incorporados pelas próprias mulheres trans como verdades sobre si. Nesse contexto, a sexualização compulsória e a produção da abjeção, conforme discutido por Fagundes (2020), funcionam como mecanismos de controle social que reduzem essas mulheres à hipersexualização, à invisibilidade social e à objetificação de seus corpos. Dessa forma, a transfobia deixa de atuar apenas externamente e passa a influenciar diretamente os processos de autoimagem, pertencimento e reconhecimento subjetivo.

4.2 Os impactos da Objetificação na Saúde Mental e os desafios ético-políticos da Psicologia

Ao compreender que a auto-objetificação relaciona-se com o ato de internalizar o olhar do outro sobre o próprio corpo, entendemos também que esse processo afeta a subjetividade do ser humano, assim como a sua autoestima, tendo uma forte influência sobre a sua saúde mental e estando diretamente ligada ao desenvolvimento de transtornos mentais como ansiedade, transtornos alimentares e depressão (Macêdo; Pinheiro, 2023). Portanto, se argumenta a necessidade de uma prática psicológica alinhada na interseccionalidade (Gonzaga, 2020), que admita a dimensão psicossocial e política do sofrimento mental e tenha uma ação na desconstrução de estigmas que fragmentam a integridade de mulheres transexuais.

De acordo com Macêdo e Pinheiro (2023), a auto-objetificação está associada ao desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão, transtornos alimentares e outras formas de adoecimento mental. Os resultados encontrados corroboram essa compreensão ao evidenciar



que a exposição contínua à objetificação e à violência transfóbica intensifica sentimentos de inadequação, medo, isolamento social e desamparo. Além disso, a recorrente negação do reconhecimento social e institucional contribui para a fragilização dos vínculos sociais e para o aumento da vulnerabilidade psicossocial.

Diante desse cenário, a literatura aponta a necessidade de uma prática psicológica orientada pela perspectiva interseccional, conforme argumenta Gonzaga (2020), reconhecendo que gênero, classe, raça e sexualidade atravessam simultaneamente as experiências de sofrimento e exclusão. Assim, a atuação da Psicologia não deve restringir-se à dimensão individualizante do sofrimento psíquico, mas considerar os determinantes sociais e políticos que produzem vulnerabilidade. Nesse sentido, o compromisso ético-político da prática psicológica implica desenvolver intervenções que contribuam para a desconstrução de estigmas, para o fortalecimento da autonomia subjetiva e para a garantia de direitos das mulheres transexuais.

5. CONCLUSÃO

As vivências de mulheres transexuais são atravessadas por estruturas históricas de desigualdade e exclusão, subprodutos da colonialidade e da imposição da cisheteronormatividade. Esse processo, ao consolidar o binarismo de gênero, não apenas patologizou identidades plurais, como também institucionalizou a marginalização e a exploração desses corpos, intensificando vulnerabilidades e ciclos de violência.

A auto-objetificação, enquanto fenômeno de internalização do olhar discriminatório hegemônico, agrava o sofrimento ético-político e impacta severamente a saúde mental. Nesse cenário, a Psicologia assume um papel fundamental: o de acolher, legitimar e proteger essas existências, reconhecendo que o sofrimento não é inerente ao sujeito trans, mas sim um reflexo de estruturas sociais excludentes.

Em suma, a prática psicológica deve se comprometer com a erradicação da transfobia e com a promoção de uma sociedade em que a diversidade seja celebrada. É urgente uma clínica que reconheça a alteridade em sua plenitude, garantindo que mulheres transexuais possam

75



ocupar seus espaços de direito sem serem reduzidas a estigmas, fetiches ou objetos de exploração. Portanto, espera-se “que não mais a diferença tenha sua potência reduzida pelo empobrecimento do binarismo colonial e que possa ser múltipla, diversa, fluida e, sobretudo, sem hierarquias que sustentem as racionalidades da morte” (Núñez, 2022, p. 58).

6. REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4ª edição. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARTKY, S. L. **Femininity and domination: studies in the phenomenology of oppression**. 1st edition. New York: Routledge, 1990.

BRAGA JÚNIOR, Luiz Carlos da Costa. **Corpos à venda: Mercantilização de mulheres trans na vitrine do capitalismo digital**. **COR LGBTQIA+**, [S. l.], v. 1, n. 9, p. 62–71, 2025. Disponível em: <https://revistas.cceinter.com.br/CORLGBTI/article/view/1849>. Acesso em: 2 abr. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, Distrito Federal: 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas para população LGBTQIA+**. Brasília, Distrito Federal: 2023.

FAGUNDES, Nagel de Oliveira. **As narrativas das mulheres trans sobre relacionamentos no YouTube: entre a abjeção, o segredo e a gestão do estigma**. 2020. 250 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZAGA, P. R. B. Interseccionalidade: uma contribuição do feminismo negro para a construção de práticas e conhecimentos antirracistas em Psicologia. *In*: CFP. **Psicologia brasileira na luta antirracista**. 1ª edição. Brasília, DF: 2022. cap. 8, p. 155-182.

MACÊDO, K. V.; PINHEIRO, G. de A. Auto-objetificação em mulheres universitárias transgênero, travestis e não binárias. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 6, n. 13, p. 970–985, 2023. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/641>. Acesso em: 2 abr. 2026.



MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

NÚÑEZ, G. Efeitos do binarismo colonial na Psicologia: reflexões para uma Psicologia anticolonial. In: CFP. **Psicologia brasileira na luta antirracista**. 1ª edição. Brasília, Distrito Federal: 2022. cap. 2, p. 49-60.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª edição. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

V., Viviane. Trans* Sexualidade: Reflexões sobre a mercantilização do sexo desde uma perspectiva transgênera. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 1, p. 174–190, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10154>. Acesso em: 2 abr. 2026.

